



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

MEMÓRIAS NO CÁRCERE: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E INCLUSÃO

Aline Evellyn Maciel de Oliveira e Silva¹ - Unifesspa

Ana Clédina Rodrigues Gomes² - Unifesspa

Agência Financiadora: CAPES

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Linguagem e Letramento

1. INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços promovidos pela política educacional no Brasil, ainda há um grande percurso a ser traçado em direção à promoção de uma educação pública de qualidade, democrática, integradora e de promoção social. Nesse sentido, necessário é questionar a legislação vigente relativa à política pública educacional, os sujeitos e o espaço em que se inscreve a instituição escolar.

Destarte, se todos somos iguais perante a lei, sem distinção de nenhuma natureza, a Educação de Jovens e Adultos contempla uma das modalidades da educação básica, prevista no inciso I do art. 208 da Constituição Federal Brasileira, segundo o qual deve ser assegurado ensino obrigatório e gratuito *para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria*. O objetivo da legislação ordinária é, assim, suprir uma carência escolar que pode variar em diferentes níveis e contextos.

Muito mais do que uma modalidade que contempla a educação básica em seu todo, a Educação de Jovens e Adultos trata-se, pois, de uma vertente da educação inclusiva, numa perspectiva muito mais humanizadora da prática pedagógica, já que a educação é um processo de (re)socialização da vida e da cultura, que constrói, mantém e transforma conhecimentos e valores e que visa inserir o educando no mundo do trabalho, das ciências e das tecnologias.

Por conseguinte, é nesta perspectiva de inclusão que a Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade se destaca, despertando ainda mais questionamentos frente à problemática particular de onde está inserida, uma vez que, nos últimos anos, o Brasil vem apresentando crescimento constante das taxas de encarceramentos. Trata-se, pois, de uma modalidade inquietante e desafiadora em detrimento da situação na qual se encontra o sistema carcerário brasileiro – superlotação, violência, ociosidade, precariedade, descaso, preconceito, exclusão – o qual não acompanhou as demandas nem mesmo se preparou para atender aos requisitos inerentes à tutela dos presos e às exigências legais estabelecidas – o que justifica os índices de reincidência, de acordo com Julião (2007), estimados em torno de 50 a 80%. É preciso, assim, que o direito fundamental e humano à educação não seja mais negado como mais uma forma de punição, inibindo práticas educativas ao longo do processo de ensino-aprendizagem as quais possam, realmente, contribuir para uma aprendizagem mais comprometida com a reintegração, ressocialização, humanização e formação desses sujeitos.

No entanto, transformar as prisões em espaços adequados à educação, segundo Aguiar (2011, p.82), é um desafio a ser vencido não apenas por políticas públicas, mas, principalmente, por uma prática docente comprometida com a proposta de reintegração, de ressocialização e, conforme Maeyer (2006, p.34), com um processo de ensino-aprendizagem que busque “uma reconciliação individual com o ato de aprender”, um (re)aprender a sonhar, a projetar novas realidades futuras e intervir positivamente na sociedade.

Portanto, se a população carcerária brasileira aumenta assustadoramente, configurando-se, hoje, como uma das maiores do mundo – perdendo somente para os Estados Unidos, China e Rússia – o presente estudo é relevante na medida em que se propõe a investigar o processo de ensino aprendizagem de Língua

¹ Mestranda em Letras no Instituto de Linguística, Letras e Artes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: evellyn.maciel@hotmail.com

² Professora Doutora credenciada no Programa do Mestrado Profissional em Letras do Instituto de Linguística, Letras e Artes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: ana.cledina@unifesspa.edu.br



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

Portuguesa, em contextos de privação de liberdade de jovens e adultos, com vistas a contribuir com o resgate da cidadania e com um letramento situado que abra as portas e ressignifique a vida.

Nesta perspectiva, *a educação abrange os processos formativos*, dos mais diversos, *que se desenvolvem na vida* (BRASIL, 1996). Por conseguinte, um ensino de Língua Portuguesa, de portas abertas para a Educação Inclusiva, necessita ainda mais romper com a educação bancária, com o ensino tradicional – baseado em visões reducionistas, com conteúdos e métodos descontextualizados – que tem por frutos estigmas de “déficit linguístico, de déficit cultural” (SOARES, 2004, p. 22). E se os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001) trazem a proposta de um ensino que têm por finalidade formar um cidadão consciente, crítico, autônomo, participativo, engajado, politizado, importante é refletir sobre um ensino de Língua Portuguesa a partir de um gênero que evidencie uma (re)construção não apenas da prática pedagógica enquanto prática educativa, mas, acima de tudo, de uma formação cidadã que oportunize a socialização de memórias e de novas aprendizagens.

Assim, se a prática de “escrever a si” se proliferou no século XIX, tornando-se, hábito entre homens, mulheres e crianças (SIBILA, 2003), reescrevendo os scripts das memórias que se movimentam em um fluxo caleidoscópico de tempo e espaço, relemos a nós, bem como ainda relemos a outros da mesma forma que somos relidos nas linhas e entrelinhas de *uma categoria artística (e, sobretudo, literária) que possui uma longa história e contempla uma diversidade de expressões* (SIBILA, 2007, p. 183).

Dessa forma, inscrita em gêneros autobiográficos, de caráter confessional – os quais possuem uma identidade comum quanto ao autor, narrador e personagem, esses gêneros autorreferentes revelam a vida de seus autores ou são (re)escritura de uma história? São artes que imitam a vida ou a vida que imita a arte? Uma nova forma de olhar a si ou de ver o outro? Temporal ou atemporal? De realidade ou ficção? De histórias ou estórias? Podemos, pois, encontrar motivações diversas para escrever-nos e reescrever-nos sob diferentes olhares, que se reelaboram. Entretanto, necessário é dialogar com o contexto de diferentes maneiras, a fim de que se possa mudar o autorreferente.

Logo, se fato é que em todo o processo de ensino-aprendizagem há um desejo humano por uma organização didática e estrutural, compreende-se a necessidade de uma definição e sistematização que recaia sobre os gênero memórias como gênero autorreferente e/ou autobiográfico, de caráter confessional, posto que da evolução do gênero épico, ao desenvolvimento de outras formas reelaboradas, Samuel (1985, p. 72) apresenta uma nova classificação, segmentando a classificação canônica épica em gênero narrativo e ensaístico.

Dentre as formas que outrora se apresentavam, eis que surgem outras que ainda hoje causam questionamentos quanto à classificação e ao teor literário. Seria, assim, o gênero memórias, um relato, um diário ou um gênero que, assim como outros, apresenta roteiros autobiográficos? Seria o teor estritamente literário ou há relações estreitas que se marcam na interface com a história, a sociologia, a psicologia, a filosofia, a antropologia? Poderia contribuir com a (re) leitura, com a (re)escritura do eu que se (res)significa entre memórias e histórias?

Portanto, certa de que o presente estudo tem por objetivo analisar o processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, a partir do gênero memórias, em busca da promoção de uma Educação Inclusiva, comprometida com a reinserção social de jovens e adultos em contexto de privação, parte-se da seguinte problemática: a utilização do gênero “memórias” pode contribuir com a Alfabetização e o Letramento de jovens e adultos, a fim de inseri-lo nas e pelas práticas sociais, intra e extramuros, de modo a atender aos verdadeiros propósitos da educação como um todo (re) significativo?

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo quanti-qualitativo parte de uma investigação bibliográfica bem como ainda de uma pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica deverá reunir contribuições diversas da Linguística Aplicada, Linguística Textual, Sociolinguística, Pragmática, Análise do Discurso, bem como de outras que se julgarem necessário ao longo do processo de construção do estudo. A pesquisa de campo será realizada com vistas à coleta de dados a partir, primeiramente, de entrevistas realizadas com a aplicação de questionários específicos, com perguntas abertas e fechadas individuais e, posteriormente, a partir da escolha de grupos focais, a fim de que se possa perceber, em conjunto, as percepções, sentimentos e atitudes dos



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

atores que participam diretamente da educação de jovens e adultos privados de liberdade ou daqueles que estão neles envolvidos, obtendo, assim, respostas coletivas, as quais possibilitam o debate de opiniões que convergem ou divergem.

Destarte, a sequência didática apresenta-se aqui como uma proposta de intervenção metodológica, por meio de módulos, os quais têm, por objetivo, estimular a vivência do processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa pautado na concepção de gênero textual e na importância da leitura e escrita enquanto práticas que mobilizam dimensões sociais, culturais e psicológicas, bem como ainda tipos diversos e diferentes de usos da linguagem em contextos de expressão oral e escrita.

Nessa perspectiva, por ser a sequência didática *um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito*, segundo Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 82), em tal prática propõe-se o estudo do gênero memórias a partir de características gerais, em paralelo a outros, que com esse estabelecem inter-relações. Posteriormente, necessário é identificar alguns fatores de textualidade, inerentes à progressão e manutenção dos sentidos, por ser o conhecimento das superestruturas uma marca indispensável no processo de compreensão e produção do texto. Além disso, ciente de que se trata de um gênero situado no tempo e no espaço de um narrador-personagem, que faz (re)leituras de si, ao mesmo tempo em que projeta um outro, necessário é que a prática docente lance um olhar diferenciado a despeito de quem escreve, onde, como, em que contexto, para quem e com qual finalidade a fim de que se possa propor um ensino verdadeiramente comprometido com (re)escrituras que ressignificam não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas sim a própria vida.

Assim, para uma aplicação prática, faz-se necessário, ainda, um cronograma de ações a fim de que melhor se possa compreender o gênero memórias, a partir da divisão da sequência proposta por Dolz, Noverraz e Schneuwly (Idem, p. 83) em quatro componentes – apresentação da situação, produção inicial, módulos e produção final – delimitando em cada momento assunto (s), objetivo (s), atividade (s) pedagógica (s) e hipótese (s). Logo, para facilitar um trabalho de análise dos dados coletados, uma lista de controle/constatações deve ser analisada, na última etapa da sequência, a partir das questões relativas ao contexto de produção, à organização geral do gênero memórias, à textualização e questões gramaticais. Para tal, a fim de realizar uma análise de dados que permita uma intervenção pedagógica dialogada, propõe-se três momentos de interação: (1) em que o docente analise as produções, (2) em que o aluno “A” analise produção de um aluno “B” e (3) em que o produtor de cada texto avalie a sua produção.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A problemática particular na qual está inserida a Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade é inquietante porque não leva em conta a identidade dos sujeitos e o contexto sócio, econômico, histórico e cultural do qual provêm e em que estão inseridos, bem como ainda revela a carência de projetos, de qualificação profissional e de recursos humanos, financeiros e pedagógicos que possam atender às finalidades da educação. Ademais, configura-se como um desafio, pois trata de uma modalidade inserida em um espaço onde o direito à Assistência Educacional, amparado, inclusive, pelo Código de Execução Penal, sob a Lei n 7.210, de 11 de julho de 1984, Capítulo II, seção V, dos artigos 17 a 21, está sendo violado.

Destarte, a Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade se apresenta como um desafio ainda maior porque se direciona a um público que fora incluído e excluído perversamente pela sociedade da qual ele é também produto.

Assim, com uma pesquisa ainda em andamento, espera-se possibilitar ao educando privado de liberdade não apenas a (re)escritura de um texto, de uma memória que guarda a história de um tempo, um lugar, alguém, mas ainda a (re)escritura de um processo de escolarização que enxergue o sujeito e sua identidade; espera-se possibilitar reescritura da própria vida, que se ressignifica na busca de novas aprendizagens – próprias e comuns àqueles que fazem da experiência de aprender uma experiência de ensinar na mesma medida daqueles que também fazem da experiência de ensinar uma experiência de aprender; espera-se estimular a vivência de um processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa pautado na concepção de gênero textual e na importância da leitura e escrita, a fim de que os alunos possam perceber a heterogeneidade da língua em contextos de expressão oral e escrita, intuindo de forma contextualizada a gramática e o efeito das condições de produção do discurso na construção do texto e de seu



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

sentido; espera-se que se possa contribuir para a alfabetização, o letramento, para a ressocialização, para o resgate da cidadania, para a promoção dos sujeitos privados, para ressignificar a vida, haja vista ser reducionista ainda a prática da escola frente a questões inerentes aos fatos de língua e linguagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Narrar a própria história é prática antiga. Uma prática que, quase sempre, esteve relacionada a feitos íntimos e sigilos, mas que ganha, da modernidade à pós-modernidade, outros olhares. Logo, propondo uma sequência didática, como proposta de intervenção metodológica para análise do gênero memórias, enquanto narrativas de histórias e estórias, de um gênero autorreferente, de caráter confessional, é uma forma de pensar o ensino de Língua Portuguesa como uma atividade de reinserção social, de ressignificação, de grande valia para criarmos situações em que tenhamos oportunidade de refletir não apenas sobre o processo de ensino-aprendizagem, mas ainda sobre os textos que lemos, escrevemos, falamos ou ouvimos, analisando, de forma contextualizada, o efeito das condições de produção do discurso na construção do texto e de seu sentido.

Assim, sendo a Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade um dos mais sérios problemas inerentes à educação de nosso país, por refletir a falta de um plano de ação educacional eficiente – o qual contemple as diretrizes para um ensino de qualidade que favoreça o processo de ensino-aprendizagem de modo a libertar, (re)significar a vida – o presente estudo analisa o processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, a partir do gênero memórias, em busca da promoção de uma Educação Inclusiva, comprometida com a reinserção social de jovens e adultos em contexto de privação, podendo a utilização do gênero “memórias” contribuir com a Alfabetização e o Letramento de jovens e adultos e (re)inseri-los nas e pelas práticas sociais, intra e extramuros, de modo a atender aos verdadeiros propósitos da educação como um todo (re) significativo.

5. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alexandre. **Direito à Educação de Jovens e Adultos privados de Liberdade: A experiência do ProJovem Urbano em Unidades Prisionais**. Em Aberto, v. 24, n. 86, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 5 out. 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

_____. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

DOLZ, J, NOVERRAZ, M., SCHNEUWLY. **Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento**. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. e colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. [Tradução e organização: Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro]. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2004.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Os sujeitos da educação de jovens e adultos privados de liberdade: questões sobre a diversidade**. Programa 2. EJA e Educação Prisional– Salto para o futuro. Boletim 06 Maio de 2007.

MAEYER, Marc de. **Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida?** Revista de Educação de Jovens e Adultos: **Alfabetização e Cidadania**, n. 19, p. 17-37, jul. 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001465/146580por.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SAMUEL, Roger. **Manual de Teoria Literária**. Petrópolis: Vozes, 1985.



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

SIBILIA, Paula. **Os diários íntimos na Internet e a crise da interioridade psicológica**. 2003. Disponível em: <<http://www.comunica.unisinos.br/tics/textos/2003/GT12TB6.PDF>>. Acesso em 02 de ago.2015.

_____. **O show da vida íntima na internet: blogs, fotologs, videologs, orkut e webcams**. In: CAIAFA, Janice; EIHAJJI, Mohammed. (Org.). *Comunicação e Sociabilidade: cenários contemporâneos*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 181-199.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2004.